

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, organizada nos termos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A matriz da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE e tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e a construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX compõe o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE e o Sistema Financeiro da Habitação, sendo supervisionada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A.. Em conformidade com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa, atualmente, duas cadeiras de participação no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem, necessariamente, conta-poupança estabelecida com o Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

Além da poupança, a POUPEX conta hoje com operações passivas em letras de crédito imobiliário – LCI, depósitos interfinanceiros imobiliários – DII e depósitos especiais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN alinhadas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. A demonstração do valor adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emite pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (IFRS em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 18 de março de 2020 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico no qual uma entidade opera. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração em cada data-base faça julgamentos, construa estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes. Por definição, os julgamentos, as estimativas e as premissas resultantes da avaliação neste cenário de predições podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 16), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7), provisão para desvalorização de outros valores e bens (Nota Explicativa nº 10) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente realizadas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

Os títulos estão classificados em função da intenção da Administração em duas categorias, a saber: títulos mantidos até o vencimento e títulos disponíveis para venda. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido - “Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda” - até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

ii.2 Títulos CVS

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento culminará em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17% conforme estabelecido na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o preço unitário (PU) e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, valores futuros de taxas de juros, índice de preços e moedas e títulos semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstradas pelo valor principal, atualizadas pelas rendas e pelos encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos vinculados ao SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS: a provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e da atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias é tratada como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita, quando realizadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

Com relação aos contratos desequilibrados presentes na Instituição, a Diretoria da empresa adotou medida conservadora, provisionando valor suficiente para fazer face à alta probabilidade de perda na realização dessa carteira, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8.g).

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária em que não há nenhum tipo de influência significativa e estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Bens não de uso próprio (Outros Valores e Bens)

Em Bens Não de Uso Próprio registram-se os valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de dívidas oriundas das operações de crédito imobiliário, não estando sujeitos a depreciação. Por prudência, a POUPEX, até novembro de 2019, reconhecia o valor total do bem como provisão assim que os prazos legais, sem que tivesse ocorrido a alienação, esgotavam-se. Desde dezembro de 2019 os bens passaram a ser avaliados ao custo e, se necessário, ajustados ao valor de mercado quando este é menor que o valor do custo.

j. Imobilizado de uso

Registrado e avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos quando identificadas por meio de avaliação técnica consubstanciada por laudo emitido por profissional qualificado de acordo com a NBR 14653 Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos). O cálculo da depreciação é realizado utilizando-se o método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

k. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por itens sem substância física, separadamente identificáveis, com vida útil definida, referindo-se, basicamente, aos desembolsos para aquisição de *softwares* por meio de contratos. São amortizados durante sua vida útil econômica estimada e são registrados pelo custo de aquisição e demais despesas para colocá-lo em disponibilidade de uso, deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

l. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os imóveis de uso são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/evidência de redução ao valor recuperável por meio de avaliação técnica por profissional contratado para este fim, conforme previsto na NBR 14653. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Uma reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando essa perda registrada em período anterior não mais exista ou tenha diminuído.

m. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representados pelo trânsito em julgado da ação e pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, lastreado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

n. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e pelos juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	16	9
Caixa	16	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez/Títulos e valores mobiliários ⁱ	3.523.843	3.815.423
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.523.859	3.815.432

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas equivalentes de caixa:

Título	Emissor	31/12/2019	31/12/2018
Op. Comp.	Banco do Brasil S.A.	99.999	-
CDI	Banco do Brasil S.A.	3.420.381	3.807.747
Fundo	BB CP Auto	212	37
Fundo	BB CP Empresa Ágil	1	104
Fundo	BB CP Corporate Ágil	3.250	7.535
Total		3.523.843	3.815.423

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os fundos não possuem vencimento pré-definido e podem ser resgatados a qualquer momento.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.591.078	4.050.568
Operações Compromissadas	99.999	-
Não ligadas	3.491.079	4.050.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Classificação do Ativo

Circulante 3.591.078 4.050.568

Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	3.420.381	-	-	3.420.381	95,25
CDI-PÓS	3.075	45.620	22.003	70.698	1,97
Op. Compromissadas	99.999	-	-	99.999	2,78
Total	3.523.455	45.620	22.003	3.591.078	100,00

A remuneração média anualizada do 2º semestre de 2019 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 5,71% a.a. (6,39% a.a. no 2º semestre de 2018) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados ao CDI; 7,58% a.a. (10,13% a.a. no 2º semestre de 2018) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM; e 6,57% a.a. (7,74% a.a. no 2º semestre de 2018) para as aplicações em outras instituições.

Considerando o ano de 2019, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 5,99% a.a. (6,42% a.a. em 2018) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados ao CDI; 9,73% a.a. (7,73% a.a. em 2018) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM; e, 6,91% a.a. (6,93% a.a. em 2018) para aplicações nos demais Bancos.

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	102.645	221.814	214.065
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	2.790	4.750	-
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	99.855	217.064	214.065

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

6 Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os TVM estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

Vencimento em dias	31/12/2019							31/12/2018		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total			Total		
					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1-Títulos disponíveis para venda	337.578	147.102	100.926	476.014	1.061.620	1.072.764	11.144	598.053	602.546	4.493
Títulos públicos	19.992	-	49.610	125.864	195.466	202.570	7.104	122.446	122.126	(320)
CVS	-	-	-	41.409	41.409	43.031	1.622	47.514	45.478	(2.036)
LTN	19.992	-	49.610	53.228	122.830	125.364	2.534	44.754	45.356	602
NTN	-	-	-	31.227	31.227	34.175	2.948	30.178	31.292	1.114
Títulos privados	317.586	147.102	51.316	350.150	866.154	870.194	4.040	475.607	480.420	4.813
Cotas de Fundos	317.586	78.976	-	1.258	397.820	397.821	1	178.639	178.640	1
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	34.367	34.427	60
LF	-	68.126	45.055	317.225	430.406	433.688	3.282	181.667	184.361	2.694
LFSN	-	-	6.261	31.667	37.928	38.685	757	80.934	82.992	2.058
2-Títulos mantidos até o vencimento	-	-	34.377	198.600	232.977	235.256	2.279	218.685	223.349	4.664
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	34.377	198.600	232.977	235.256	2.279	218.685	223.349	4.664
LFSN	-	-	34.377	198.600	232.977	235.256	2.279	218.685	223.349	4.664
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (1+2)	337.578	147.102	135.303	674.614	1.294.597	1.308.020	13.423	816.738	825.895	9.157

Vencimento em anos	31/12/2019					31/12/2018		
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Total		Total	
					Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por categoria	619.983	608.416	66.198	-	1.294.597	1.308.020	816.738	825.895
1 - Títulos disponíveis para venda	585.606	409.816	66.198	-	1.061.620	1.072.764	598.053	602.546
2 - Títulos mantidos até o vencimento	34.377	198.600	-	-	232.977	235.256	218.685	223.349

Vencimento em dias	31/12/2019							31/12/2018		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total			Total		
					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	337.578	147.102	135.303	675.375	1.295.358	1.308.020	13.423	816.738	825.895	9.157
Carteira própria	337.578	147.102	135.303	674.614	1.294.597	1.308.020	13.423	816.738	825.895	9.157

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	623.090	682.651	1.305.741	286.889	534.342	821.231
Carteira própria	623.090	682.651	1.305.741	286.889	534.342	821.231

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

b. Resumo da carteira consolidada por categoria

	31/12/2019		31/12/2018	
Por categoria				
Títulos disponíveis para venda	1.072.764	82%	602.546	73%
Títulos mantidos até o vencimento	232.977	18%	218.685	27%
Valor contábil da carteira	1.305.741	100%	821.231	100%
Marcação a mercado mantido até o vencimento	2.279		4.664	
Valor de mercado da carteira	1.308.020		825.895	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide Nota Explicativa nº 3.d):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa nº 3.d.

Operações prefixadas

O valor a mercado de um título prefixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros prefixados verificada na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Operações pós-fixadas

O respectivo valor de mercado foi apurado pelas taxas praticadas no último dia útil, independentemente do valor ou da taxa contratual.

c. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Títulos de renda fixa	25.830	48.138	52.395
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	8.632	20.351	13.797
Ganho/Perdas com Fundos de renda variável	4.059	6.013	-
Total	38.521	74.502	66.192

d. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 2º semestre de 2019 e 2018, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

7 Relações interfinanceiras

a. Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos vinculados	1.271.154	1.249.327
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	1.168.528	1.152.700
SFH - FGTS a ressarcir	2	122
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	102.624	96.505
Principal com opção pela novação - FCVS	162.055	152.636
(-) Provisão para perdas	(59.431)	(56.131)
Repasses interfinanceiros	861.900	804.738
Devedores por repasses de outros recursos	861.900	804.738
Total	2.133.054	2.054.065
Classificação do ativo		
Circulante	1.168.530	1.152.822
Não circulante	964.524	901.243
Total	2.133.054	2.054.065

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento), observado o disposto no art. 4º da Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002, com vigência até 08 de janeiro de 2020.

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS com as instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. O saldo do FCVS é de R\$ 162.055, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 152.636, em 31 de dezembro de 2018).

A provisão para perdas no montante de R\$ 59.431, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 56.131, em 31 de dezembro de 2018) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte desses créditos, não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa nº 3.e).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

A base da Provisão é constituída da seguinte forma:

Situação da carteira

	31/12/2019	31/12/2018
A habilitar (i)	34.395	33.912
Habilitados e não homologados (ii)	6.794	5.349
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	33.168	41.533
Habilitados e homologados (iv)	15.190	29.369
Negativa de cobertura (v)	38.603	36.700
Contratos novados (vi)	278.086	263.284
Outros	32.908	5.622
Total	439.144	415.769

- (i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados com a Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.
- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$13.777, no relatório com posição em 31 de dezembro de 2019 (diferença de R\$ 15.499, saldo em 31 de dezembro de 2018) a menor em relação aos saldos dos relatórios na POUPEX, para cujos contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor encontra-se integralmente provisionado
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.
- (v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.
- (vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

d. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A. em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

e. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Créditos vinculados ao Banco Central	24.164	50.526	55.247
Juros de encaixe obrigatório	24.164	50.526	55.247
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.573)	(3.299)	(2.930)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	4.811	9.269	8.868
Resultado das aplicações compulsórias (i)	27.402	56.496	61.185
Repasse interfinanceiro (ii)	23.456	48.818	46.158
Total	50.858	105.314	107.343

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

- (i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias nas demonstrações de resultados.
- (ii) Registrado no grupo operações de crédito nas demonstrações de resultados, de acordo com o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, documento nº 8 - Demonstração do Resultado.

8 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos	15.332	17.803
Empréstimo com garantia imobiliária	15.332	17.803
Financiamentos Imobiliários	2.134.303	1.626.144
Financiamentos – Habitação	2.129.204	1.620.421
Financiamentos – Obras	5.099	5.723
Total da carteira de crédito	2.149.635	1.643.947
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(140.325)	(113.060)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	2.009.310	1.530.887
Classificação do Ativo		
Circulante	230.780	202.261
Não circulante	1.778.530	1.328.626
Total	2.009.310	1.530.887

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco segregados por créditos em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas.

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso normal (*)

	31/12/2019									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas										
01 a 30 dias	11.137	7.320	583	47	8	1	2	-	17.925	37.023
31 a 60 dias	11.067	7.184	571	46	8	1	2	-	6.885	25.764
61 a 90 dias	10.998	7.056	565	45	8	1	1	-	4.498	23.172
91 a 180 dias	32.583	20.430	1.638	133	23	3	5	-	8.809	63.624
181 a 360 dias	63.387	37.378	3.038	247	45	6	9	-	17.961	122.071
Acima de 360 dias	1.278.601	327.104	39.664	5.132	548	51	234	-	18.579	1.669.913
Vencidas										
01 a 14 dias	-	513	36	12	2	1	-	-	3.731	4.295
Subtotal	1.407.773	406.985	46.095	5.662	642	64	253	-	78.388	1.945.862

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso anormal (*)

										31/12/2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	196	359	313	60	35	39	19	1.428	2.449
31 a 60 dias	-	196	355	311	59	34	39	19	3.103	4.116
61 a 90 dias	-	195	353	309	60	34	38	18	893	1.900
91 a 180 dias	-	580	1.050	916	175	99	112	54	1.181	4.167
181 a 360 dias	-	1.139	2.060	1.774	337	189	210	104	5.537	11.350
Acima de 360 dias	-	29.671	52.139	41.190	5.225	2.496	2.979	1.787	7.178	142.665
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	269	283	28	14	13	8	32	647
15 a 30 dias	-	382	393	196	30	6	8	3	1.166	2.184
31 a 60 dias	-	-	618	477	56	26	25	11	3.881	5.094
61 a 90 dias	-	-	-	490	63	20	25	11	8.103	8.712
91 a 180 dias	-	-	-	140	108	507	71	35	9.620	10.481
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	32	85	63	9.703	9.883
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	125	125
Subtotal	-	32.359	57.596	46.399	6.201	3.492	3.644	2.132	51.950	203.773
Total	1.407.773	439.344	103.691	52.061	6.843	3.556	3.897	2.132	130.338	2.149.635

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso normal (*)

										31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Vincendas										
01 a 30 dias	8.217	7.653	780	60	7	620	1	2	7.063	24.403
31 a 60 dias	8.158	7.495	766	59	7	63	1	2	74	16.625
61 a 90 dias	8.100	7.355	751	59	7	62	1	2	497	16.834
91 a 180 dias	23.953	21.192	2.185	173	20	184	3	7	4.711	52.428
181 a 360 dias	46.411	38.600	4.066	338	38	355	6	12	22.067	111.893
Acima de 360 dias	841.857	258.691	38.976	7.632	926	70.807	76	44	712	1.219.721
Vencidas										
01 a 14 dias	-	291	41	13	4	3	-	-	-	352
Subtotal	936.696	341.277	47.565	8.334	1.009	72.094	88	69	35.124	1.442.256

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Carteira imobiliária - Operações por curso

Operações em curso anormal (*)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018 Total
Vincendas										
01 a 30 dias	-	216	313	326	85	50	33	34	3.465	4.522
31 a 60 dias	-	215	311	324	85	50	32	34	98	1.149
61 a 90 dias	-	215	310	323	84	49	31	33	95	1.140
91 a 180 dias	-	638	918	955	248	145	93	99	1.271	4.367
181 a 360 dias	-	1.254	1.796	1.860	479	280	177	190	3.495	9.531
Acima de 360 dias	-	32.023	43.535	44.989	8.562	14.565	3.765	2.886	8.058	158.383
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	152	229	35	17	5	10	12	460
15 a 30 dias	-	426	273	218	41	18	5	11	1.756	2.748
31 a 60 dias	-	-	570	525	98	34	28	28	541	1.824
61 a 90 dias	-	-	-	499	86	33	28	27	3.374	4.047
91 a 180 dias	-	-	-	168	179	117	76	83	7.514	8.137
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	55	69	149	4.936	5.209
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	174	174
Subtotal	-	34.987	48.178	50.416	9.982	15.413	4.342	3.584	34.789	201.691
Total	936.696	376.264	95.743	58.750	10.991	87.507	4.430	3.653	69.913	1.643.947

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

c. Receitas de operações de crédito

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	1.285	2.627	2.773
Financiamentos	97.122	182.702	187.355
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.198	15.407	11.019
Total	105.605	200.736	201.147

d. Composição da carteira por atividade econômica

	31/12/2019	31/12/2018
Setor privado		
Indústria	5.888	6.718
Habitação	2.106.330	1.622.891
Subtotal	2.112.218	1.629.609

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Setor público

Atividades empresariais	37.417	14.338
Subtotal	37.417	14.338
Total	2.149.635	1.643.947

e. Concentração das operações de créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoas físicas	2.111.429	1.628.605
Pessoas jurídicas	38.206	15.342
Total	2.149.635	1.643.947

	31/12/2019	% da Carteira	31/12/2018	% da Carteira
Maior devedor	37.417	1,74	14.338	0,87
Dez maiores devedores	16.544	0,77	16.731	1,02
Vinte maiores devedores	23.911	1,11	24.178	1,47
Cinquenta maiores devedores	45.629	2,12	45.957	2,80
Cem maiores devedores	63.218	2,94	69.085	4,20

f. Composição da carteira de crédito (i) e provisão para perdas (iii), nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	%	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	1.407.773	-	936.696	-
A	0,5	439.344	2.197	376.264	1.881
B	1	103.691	1.037	95.743	957
C	3	52.061	1.562	58.750	1.763
D	10	6.843	684	10.991	1.099
E	30	3.556	1.067	87.507	32.675
F	50	3.897	1.948	4.430	2.215
G	70	2.132	1.492	3.653	2.557
H	100	130.338	130.338	69.913	69.913
Total		2.149.635	140.325	1.643.947	113.060

i. Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na data base de 31 de dezembro de 2019 o total de contratos desequilibrados no valor de R\$ 124.182 (R\$ 144.435, em 31 de dezembro de 2018) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de alto desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar. Foram celebrados no período de 1987 a 1994 e a ocorrência se deu em função do elevado processo inflacionário e insucessos de vários planos econômicos, bem como da utilização de índices distintos para atualizar a prestação (Plano de Equivalência Salarial) e dos saldos devedores pela remuneração básica da caderneta de poupança.

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

ii. Movimentação dos contratos desequilibrados nos níveis de risco

Na data base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos “desequilibrados” que se encontravam nos níveis “AA” até “D” para o nível “E”, tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disto, os contratos “desequilibrados” classificados nos níveis de risco “F” a “H” foram reclassificados para o nível de risco “E”, desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de riscos, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Estas movimentações nos níveis de provisão ocorreram até o ano de 2018.

iii. Provisão para perdas com contratos desequilibrados

Para fazer frente ao conjunto de contratos desequilibrados, a Administração da Instituição em decisão colegiada, realizou a constituição total da provisão relativa às operações desta natureza com posição em 31 de dezembro de 2019. Assim, o montante da provisão para essa carteira foi de R\$ 124.182 ao final do exercício (R\$ 92.434, em 31 de dezembro de 2018).

g. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Saldo no início	(106.636)	(113.060)	(99.603)
Baixas para prejuízo	31.833	65.619	73.546
Recuperação do prejuízo	(12.553)	(36.170)	(43.077)
Provisão constituída	(54.583)	(62.813)	(43.926)
Baixas de provisão	1.614	6.099	-
Saldo no final	(140.325)	(140.325)	(113.060)

Classificação no ativo			
Circulante	(106.277)	(106.277)	(63.583)
Não circulante	(34.048)	(34.048)	(49.477)
Total	(140.325)	(140.325)	(113.060)

h. Outras informações

Créditos Renovados e Renegociados

	Total da Carteira	
	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Renegociados	252.819	278.887
Saldo inicial (i)	933	3.341
Recuperados do prejuízo (ii)	(7.108)	(9.904)
Transferidos para prejuízo (iii)	24.775	8.922
Renegociados (iv)	101.390	126.048
Renovados no exercício (v)	(76.591)	(132.334)
Liquidados (vi)	1.580	1.970
Juros incorporados (vii)	(21.900)	(24.111)
Valores amortizados (viii)	275.898	252.819

Teleatendimento ao Cliente: 0800 61 3040 • Teleatendimento aos Surdos: 0800 646 4747 • Ouvidoria: 0800 647 8877

Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX

Edifício Sede da Fundação Habitacional do Exército - Av. Duque de Caxias, s/n.º - parte A - Setor Militar Urbano (SMU) - 70630-902 - Brasília/DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Composição dos Renegociados

Renovados	193.895	183.612
Renegociados	82.003	69.207
Total	275.898	252.819

Onde:

- (i) **Saldo no início** - Corresponde ao saldo da referência do exercício anterior.
- (ii) **Recuperados do Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no exercício.
- (iii) **Transferidos para Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que, por reincidir na inadimplência, foi transferido para prejuízo no exercício.
- (iv) **Renegociados** - Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no exercício.
- (v) **Renovados** - Créditos renovados de operações não vencidas.
- (vi) **Liquidados** - Corresponde ao saldo das operações liquidadas no exercício.
- (vii e viii) **Juros Incorporados e Valores Amortizados** - Correspondem aos juros incorporados nas operações e às amortizações do período.
- (ix) **Saldo no final** - Corresponde ao saldo da referência atual.

9 Outros créditos

a. Composição do grupamento

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a receber	-	99
Diversos	65.881	57.977
Adiantamentos e antecipações salariais	3.187	2.628
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	178	473
Devedores por depósitos em garantia	5.140	4.614
Pagamentos a ressarcir	1.664	1.569
Outros impostos/Contribuições a compensar	-	15
Títulos e créditos a receber	802	100
Devedores diversos – País	54.910	48.578
Total	65.881	58.076
Classificação do ativo		
Circulante	60.004	52.720
Não circulante	5.877	5.356
Total	65.881	58.076

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e as antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Devedores por depósitos em garantia

Registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Pagamentos a ressarcir

Referem-se a valores a serem ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Outros impostos/Contribuições a compensar

Registra valores de impostos e contribuições retidos na fonte por terceiros ou que a instituição tenha o direito de compensar, de acordo com a legislação tributária vigente.

Títulos e créditos a receber

Registra os valores a receber do contrato com Títulos de Capitalização da BRASILCAP.

Devedores diversos – País

Registra, por titular, as importâncias devidas à instituição por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.

Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Consignação a receber de terceiros	14.063	13.552
Complemento de prestações a receber	4.445	3.888
Valores a receber da FHE	35.604	31.002
Outros	798	136
Total	54.910	48.578

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Complemento de prestações a receber

Registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército - FHE sobre o custo de pessoal da POUPEX e de despesas de tecnologia.

10 Outros valores e bens

Composição

Outros valores e bens

Bens não de uso próprio
Material em estoque
Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Despesas antecipadas

Total

	31/12/2019	31/12/2018
Outros valores e bens	29.770	31.567
Bens não de uso próprio	29.913	31.643
Material em estoque	190	317
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(333)	(393)
Despesas antecipadas	27	30
Total	29.797	31.597

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Classificação do ativo

Circulante	217	552
Não circulante	29.580	31.045
Total	29.797	31.597

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão dos bens recebidos como dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de dívidas oriundas das operações de crédito imobiliário quando o bem não é vendido dentro dos períodos de tempo regulamentares. Até novembro de 2019, a POUPEX reconhecia o valor total do bem como provisão assim que os prazos legais, sem que tivesse ocorrido a alienação, esgotavam-se. Desde dezembro de 2019, os bens passaram a ser avaliados ao custo e, se necessário, ajustados ao valor de mercado quando este é menor que o valor do custo.

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

11 Investimentos

Refere-se à participação acionária de 9,6521% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC que a POUPEX possuía, no valor de R\$ 7.810. A POUPEX não possuía nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

No dia 24 de julho de 2019, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre os acionistas da CIBRASEC. A POUPEX, por meio de decisão de sua Diretoria, alienou sua participação acionária junto à referida Instituição com um prejuízo na ordem de R\$ 1.246.

12 Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa de depreciação %	Custo	(Perda)/Reversão por Valor Recuperável	Depreciação	Exercício - Saldo	
					2019 - líquido	2018 - líquido
Edificações	4	9.253	(943)	(2.561)	5.749	6.119
Móveis e equipamentos de uso	10	5.755	-	(3.829)	1.926	2.245
Sistema de comunicação	20	805	-	(696)	109	140
Sistema de processamento de dados	20	26.351	-	(23.179)	3.172	5.247
Sistema de transportes	20	551	-	(517)	34	222
Total		42.715	(943)	(30.782)	10.990	13.973

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Exercício 2019 – Movimentação

	Saldo inicial 31/12/2018	Aquisições	(Perda)/ Reversão por Valor Recuperável	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2019
Edificações	6.119	-	-	-	(370)	5.749
Móveis e equipamentos de uso	2.245	259	-	(59)	(519)	1.926
Sistema de comunicação	140	71	-	(5)	(97)	109
Sistema de processamento de dados	5.247	1.127	-	(3)	(3.199)	3.172
Sistema de transportes	222	-	-	(25)	(163)	34
Total	13.973	1.457	-	(92)	(4.348)	10.990

Exercício 2018 – Movimentação

	Saldo inicial 31/12/2017	Aquisições	(Perda)/ Reversão por Valor Recuperável	Baixas/ Transferência	Depreciação	Saldo final 31/12/2018
Edificações	6.327	-	162	-	(370)	6.119
Móveis e equipamentos de uso	2.380	408	-	(101)	(442)	2.245
Sistema de comunicação	243	5	-	(15)	(93)	140
Sistema de processamento de dados	7.734	1.120	-	(318)	(3.289)	5.247
Sistema de transporte	393	-	-	-	(171)	222
Total	17.077	1.533	162	(434)	(4.365)	13.973

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 1,42%, em 31 de dezembro de 2019 (3,02%, em 31 de dezembro de 2018), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível

Refere-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, sistemas e desenvolvimento. A amortização é efetuada de acordo com vida útil estimada após a entrada em produção.

Exercício 2019

	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Saldo Final 31/12/2019
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	15.552	-	(177)	-	(5.124)	10.251

Exercício 2018

	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Saldo Final 31/12/2018
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	22.702	-	-	(409)	(6.741)	15.552

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

14 Depósitos

a. Interfinanceiros

Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - O valor atualizado do DII na posição 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 70.558 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 242.111).

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas de captação - DII	4.485	11.319	4.737

Despesas de captação com depósitos interfinanceiros (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultado)

b. A prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 1.893.795, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.117.791, em 31 de dezembro de 2018), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e à TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (até julho/2019, atualizada pela TR + 6,5% de juros ao ano, e, desde agosto/2019, à taxa de 100% CDI). Esses recursos são depositados nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Os referidos depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas de captação – Depósitos Especiais	44.501	77.617	62.093

Despesas de captações com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

Letras de Crédito Imobiliários – LCI negociadas por meio de corretoras

Referem-se à LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes. Os títulos emitidos atingem a disponibilidade para resgate a partir do 90º dia de sua venda, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015. Atualmente, a POUPEX disponibiliza LCI pelas corretoras PI-Santander e XP Investimentos.

	31/12/2019	31/12/2018
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	218.614	388.176
Títulos com opção de resgate atingida	200.605	345.666
Emissão compreendida entre 1 e 90 dias	18.009	42.510

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas com LCI	6.848	16.568	19.541
Juros LCI	6.821	16.424	19.046
Comissão LCI	27	144	495

Despesas de captação com LCI (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

16 Outras obrigações

	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	24	56
Fiscais e previdenciárias	14.796	8.620
Diversas	107.099	97.500
Total	121.919	106.176

a. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Registra os Impostos sobre Operações Financeiras – IOF incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros.

b. Fiscais e Previdenciárias

Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

c. Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações com vendedores de imóveis / financiados (c.1)	8.620	6.284
Obrigações por contribuições ao SFH (FGC) (c.2)	1.191	1.207
Provisão para pagamentos a efetuar (c.3)	47.994	42.250
Despesas de pessoal	44.812	41.728
Outras despesas administrativas e pagamentos	3.182	522
Provisão para contingências (c.4)	17.687	15.166
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	1.288	1.291
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	815	625
Valores transitórios - Sistema PEX (c.5)	16.925	11.587
Encargos e amortizações recebidas – Financiamentos	2.806	2.139
Valores sob análise – Sistema de Controle de Mutuários	1.830	704
Valores sob análise – BB Conta Movimento	1.360	9.694
Poupança livre – não sujeitas a compulsório (c.5)	506	6.179
Outros credores	6.077	374
Total	107.099	97.500

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

c.1. Obrigações com financiados/vendedores de imóveis

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários, de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção, e às pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

c.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

c.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

c.4. Provisão para contingências

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivos trabalhistas (i.1)	7.552	5.564
Poupança (i.2)	3.565	3.175
Financiamento imobiliário (i.2)	6.501	6.364
Outros (i.2)	69	63
Total	17.687	15.166

Movimentação das provisões para contingências

Contingências

	Saldo em 31/12/2018	Provisões	Baixa de Provisões	Reversão de Provisões	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	5.564	5.067	(2.300)	(779)	7.552
Cíveis	9.602	4.693	(1.906)	(2.254)	10.135
Total	15.166	9.760	(4.206)	(3.033)	17.687

Contingências

	Saldo em 31/12/2017	Provisões	Provisões Utilizadas	Reversão de Provisões	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	6.070	4.885	(2.652)	(2.739)	5.564
Cíveis	12.391	1.382	(1.219)	(2.952)	9.602
Fiscais (i.3)	7.792	-	-	(7.792)	-
Total	26.253	6.267	(3.871)	(13.483)	15.166

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

i. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

i.1 Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

i.2 Provisões para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

i.3 Provisões para riscos fiscais

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, no montante de R\$ 7.792, em 31 de dezembro de 2017, foram integralmente revertidos, em 2 de janeiro de 2018, em função do prazo prescricional.

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas*	Cíveis*	Total
Até 5 anos	7.552	9.689	17.241
Acima de 5 anos	-	446	446
Total por natureza	7.552	10.135	17.687

*O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

d. Passivos contingentes - Risco possível

As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

	Quantidade	31/12/2019	Quantidade	31/12/2018
Condomínio	1	22	-	-
Crédito Imobiliário	141	598	288	3.722
Empréstimo Simples	9	48	12	82
Fundo de Apoio Moradia – (FAM)	1	26	1	24
Material de Construção	-	-	1	5
Poupança	52	946	56	1.247
Trabalhista	2	1.545	6	4.213
Outros	3	10	3	9
Total	209	3.195	367	9.302

Ações - Condomínio

Objeto das ações: representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Objeto das ações: representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promoção de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial – PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Com fulcro no disposto na Cláusula 11, itens 11.10 e 11.12, do Instrumento de Acordo Coletivo, que versa sobre planos econômicos, firmado em 11 de dezembro de 2017, entre FEBRABAN e entidades representativas dos poupadores, com a interveniência do BACEN e com a mediação da AGU, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX aderiu ao referido instrumento e apresentou seu termo de adesão, nos autos do Recurso Extraordinário nº 631.363/SP, em curso no Supremo Tribunal Federal, para que surta os seus efeitos jurídicos. A POUPEX possui provisão para fazer frente a todos os resultados das negociações judiciais vindouras desde a adesão ao “Instrumento de Acordo Coletivo”, não acarretando nenhum impacto aos resultados futuros da Instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	6.851.232	6.729.514
Recursos de associados poupadores	5.794.260	5.689.849
Reservas de Resultados	1.045.828	1.035.172
Ajustes de avaliação patrimonial	11.144	4.493

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central do Brasil – BACEN, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo – APE.

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas de captação	119.015	247.846	252.723
Depósitos de Poupança	115.457	240.752	245.457
FGC	3.558	7.094	7.266

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ou reforço ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários (TVM) classificados na categoria disponível para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

18 Desdobramento de outros itens das demonstrações de resultados

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	4.635	9.951	11.524
Reversão de imposto de renda	1.015	1.977	1.729
Reversões de ações judiciais	1.595	3.033	5.690
Outras reversões de provisões operacionais	-	240	7.855
Reversão - complemento de prestação	874	1.555	716
Reversão de perda por desvalorização	-	-	162
Outras rendas operacionais	223	1.632	833
Total	8.342	18.388	28.509

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Salários	38.182	74.513	69.577
Benefícios	8.151	16.020	15.639
Encargos sociais	16.211	33.562	30.328
Treinamentos/estagiários	1.199	2.183	1.929
Total	63.743	126.278	117.473

c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas de comunicação	776	1.500	1.800
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.545	3.375	3.048
Despesas de material	528	1.059	1.111
Despesas de processamento de dados	922	1.744	2.177
Despesas de promoções e relações públicas	1.690	2.961	1.788
Despesas de propaganda e publicidade	3.682	4.112	3.891
Despesas de publicações	390	765	854
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.638	3.330	3.673
Despesas de serviços de terceiros	752	1.991	2.154
Despesas de serviços técnicos especializados	1.624	2.754	2.824
Despesas de transportes	156	389	438
Despesas de viagens	398	766	655
Despesas com indenizações trabalhistas	121	179	124
Despesas com uniformes	22	256	640
Despesas de copa e cozinha	386	722	690
Despesas de consignação	460	899	873
Despesas de depreciação/amortização	4.672	9.473	11.348
Outras	525	818	244
Total	20.287	37.093	38.332

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

d. Despesas tributárias

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
IPTU	72	240	208
ITR	171	339	-
ITBI	111	379	837
Imposto de renda	2.976	6.130	5.566
IOF	319	640	608
ISS	159	295	248
COFINS	5.156	10.410	10.467
PIS	838	1.692	1.701
Diversos	18	52	55
Total	9.820	20.177	19.690

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Retomada de imóveis	1.332	2.657	3.047
Contribuições para associações (ABECIP)	115	270	265
Atualizações monetárias	180	343	486
Descontos concedidos em renegociação	366	366	6.854
Prejuízo com financiamento/sinistro	1.342	2.960	4.290
Despesas de provisões passivas	6.415	9.760	6.267
Complemento/Devolução de prestações	820	820	2.541
Despesas com imóveis de terceiros	366	637	1.081
Desp. Ações de Mutuár./Assoc. Poupadores	295	449	620
Outras	166	525	309
Total	11.397	18.787	25.760

f. Resultado não operacional

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Resultados na alienação de valores e bens	3.591	5.824	3.150
Outras receitas não operacionais	423	423	-
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(1.574)	(2.597)	(456)
Despesas com provisões não operacionais	(66)	(355)	(177)
Total	2.374	3.295	2.517

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e estatutos de ambas. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. Os custos com remunerações, formados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, e outros benefícios atribuídos aos administradores da POUPEX, estão assim demonstrados:

Composição da Remuneração:	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Honorários	2.065	3.879	3.896
Benefícios pós-emprego	256	494	557
Total	2.321	4.373	4.453

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – FHE. Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2019, o montante de ressarcimento foi de R\$ 241.751 (R\$ 235.436, no exercício de 2018).

Depósitos - No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados, até julho/2019, pela TR + 6,5% de juros ao ano, e, desde agosto/2019, à taxa de 100% CDI. Os encargos totalizaram, no exercício de 2019, R\$ 23.676 (R\$ 12.617, no exercício de 2018).

Cessão de Crédito - Refere-se a financiamentos cedidos a esta instituição. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no exercício de 2019, no montante de R\$ 593.248. No exercício de 2018, o valor foi de R\$ 170.073.

Financiamento para Construção de Empreendimentos – Em 2018, a POUPEX concedeu financiamentos à Fundação Habitacional do Exército - FHE para construção de unidades habitacionais (Grand Quartier – Brasília-DF e Flamboyant Residence Prime – Goiânia - GO) por meio de um contrato no valor de R\$ 64.443. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor é de R\$ 37.417 (R\$ 14.388, no exercício de 2018).

POUPREV - As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército – FHE estão assim resumidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Contas Patrimoniais	31/12/2019				31/12/2018			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento	35.603	-	-	-	31.002	-	-	-
Folha de pessoal	31.679	-	-	-	27.032	-	-	-
Custo de processamento	3.924	-	-	-	3.970	-	-	-
Depósito especial	-	-	873.306	-	-	-	264.690	-
FHE	-	-	873.306	-	-	-	264.690	-
Financiamento	-	37.417	-	-	-	14.338	-	-
Para construção de empreendimentos	-	37.417	-	-	-	14.338	-	-
Total	35.603	37.417	873.306	-	31.002	14.338	264.690	-

Contas de resultado

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Ressarcimento - pessoal	109.417	212.369	198.974
Ressarcimento - TI	15.508	29.382	36.462
Encargos de captação	(16.795)	(23.676)	(12.617)

20 Benefício a empregados (fundo de pensão)

a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPEV estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo. A POUPEV - Fundação de Seguridade Social é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Características	Plano Misto de Benefícios POUPREV
Modalidade (consoante a Resolução MPS/CGPC 16/2005)	Contribuição Variável – (CV)
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadores	POUPREV - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001
Quantidade de Grupo de Custeio	1 (um)
Texto Regulamentar vigente	Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016

São assegurados pelo plano misto de benefício as seguintes vantagens:

- Renda de Aposentadoria;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Renda de Pensão por Morte; e
- Renda de Abono Anual.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPREV é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, a POUPEX vem assumindo voluntariamente o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

Consoante ao Parecer Atuarial, emitido por atuário habilitado e responsável pelo Plano, junto à Previc, a Entidade Gestora (POUPREV), por decisão de seu Conselho Deliberativo, aprovou a utilização dos recursos constituídos no Fundo Coletivo de Desligamento para dar cobertura às contribuições normais para benefícios de risco (Invalidez e Morte), sendo este mecanismo previsto em Nota Técnica Atuarial.

Cumprir destacar que a última alteração regulamentar, aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016, trouxe novas formas de percepção de benefício programado no Plano, considerando a modalidade de Contribuição Definida – CD.

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A avaliação atuarial do benefício pós-emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 2º semestre de 2019, considerando os dados e as informações disponibilizadas, estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial – WEDAN, bem como hipóteses e parâmetros atuariais previamente estudados.

b.1 Estatística descritiva populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPREV na data base de 30 de novembro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

2019, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na avaliação anterior, que estava posicionada em 31 de maio de 2019:

Estatística populacional	31/12/2019	31/12/2018
Participantes Ativos	1.257	1.235
Idade Média (anos)	41	41
Participantes Autopatrocinados (*)	9	9
Idade Média (anos)	41	43
Participantes em BPD	3	6
Idade Média (anos)	55	59
Aposentados Válidos	6	5
Idade Média (anos)	71	73
Aposentados Inválidos	12	10
Idade Média (anos)	59	60
Pensionistas (número de beneficiários)	17	18
Idade Média (anos)	44	45

Não considerado para fins de Avaliação Atuarial.

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30 de novembro de 2019 foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes e, após ratificações da entidade administradora, julgadas adequadas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de *Duration* do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPEV, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do 1º semestre de 2019, resultando no valor de 16,68 pontos.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 31 de dezembro de 2019 (último dia útil do semestre), auferindo a Taxa Real de Juros em 3,46% ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e as Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e os deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, entre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido – BD têm como base as Hipóteses e as Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável.

Neste contexto, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação dos planos de benefício de caráter previdenciário a serem observados pelas EFPC's, pertinentes aos estudos técnicos de aderência e convergência. Apresentamos, a seguir, as Hipóteses e as Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente àquela realizada no 2º semestre de 2018:

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2019	31/12/2018
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Família Padrão	Hx (EXP. POUPREV 2015)
Aposentados	Família Real (Cadastro individual)	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,64%	3,78%
Taxa de rotatividade	GAMA – ROT EXP. POUPREV 2017	GAMA – ROT EXP. POUPREV 2017
Taxa real anual de juros	3,46%	4,93%
Taxa de inflação projetada	3,60%*	4,40%*
Taxa anual de juros	7,18%	9,55%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	7,18%	9,55%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC
Principais hipóteses atuariais	31/12/2019	31/12/2018
Crescimento real de salários	3,64%	3,78%
Taxa real anual de juros	3,46%	4,93%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

(*) Definida pela Patrocinadora.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPREV está segregado em Benefício Definido – (BD) e Contribuição Definida – (CD), conforme a seguir apresentado:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Exercício 2019

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(47.835)	(363.709)	(411.544)
Ativo justo	93.505	363.709	457.214
(Déficit) / Superávit	45.670	-	45.670

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	157	7.332	7.489
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	157	7.332	7.489

Exercício 2018

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(33.410)	(296.043)	(329.453)
Ativo justo	75.718	296.043	371.761
(Déficit) / Superávit	42.308	-	42.308

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	649	6.815	7.464
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	649	6.815	7.464

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	31/12/2019	31/12/2018
Valor do ativo justo no início do período	85.619	68.009
Receita de juros dos ativos	3.591	3.545
Contribuições do patrocinador	157	649
Benefícios pagos	(948)	(615)
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	5.086	4.130
Valor do ativo justo no final do período	93.505	75.718

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação de BD

	31/12/2019	31/12/2018
Valor da obrigação atuarial no início do período	(39.777)	(28.033)
Custo de juros líquido	(1.802)	(1.601)
Custo do serviço corrente líquido	(2.736)	(1.894)
Benefícios pagos	948	615
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	(4.468)	(2.497)
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	(3.453)	955
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.015)	(3.452)
Valor da obrigação atuarial no final do período	(47.835)	(33.410)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (*asset ceiling*)

	31/12/2019	31/12/2018
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(45.842)	(39.976)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.789)	(1.944)
Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo	1.961	(388)
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(45.670)	(42.308)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço corrente líquido	(2.736)	(1.894)
- Custo do serviço corrente líquido	(2.736)	(1.894)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(1.802)	(1.601)
- Receita de juros dos ativos	3.591	3.545
- Juros sobre o teto do ativo	(1.789)	(1.944)
Total a ser reconhecido	(2.736)	(1.894)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	5.086	4.130
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	(4.468)	(2.497)
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	(3.453)	955
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	-
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	(1.015)	(3.452)
Ganhos / (Perdas) sobre o teto do ativo	1.961	(388)
Total a ser reconhecido	2.579	1.245

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo justo do plano	93.505	75.718
Valor presente da obrigação de benefício definido	(47.835)	(33.410)
Superavit / (Deficit) do plano	45.670	42.308
Efeito do teto do ativo	(45.670)	(42.308)
Status da obrigação de benefício definido	-	-

	31/12/2019	31/12/2018
Resumos dos lançamentos		
Passivo / Ativo reconhecido no início do período	-	-
Despesa do período (DRE)	(2.736)	(1.894)
Outros resultados abrangentes (ORA)	2.579	1.245
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	157	649
Passivo / Ativo reconhecido no final do período	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	31/12/2019	31/12/2018
Realizável	8.042	7.028
Títulos públicos	282.116	229.799
Créditos privados e depósitos	65.244	55.849
Fundos de investimentos	122.856	85.989
Empréstimos	25.320	25.621
Exigível operacional	(3.715)	(4.229)
Fundo previdencial	(33.848)	(24.029)
Fundo administrativo	(8.042)	(7.028)
Fundo de investimentos	(4.438)	(3.582)
Ajuste para mercado	3.679	6.343
Ativo justo total	457.214	371.761
Parte-BD	93.505	75.718
Parte-CD	363.709	296.043

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Realizável	1,60%	1,74%
Títulos públicos	56,02%	56,84%
Crédito privados e depósitos	12,96%	13,81%
Fundos de investimentos	24,40%	21,27%
Empréstimos	5,03%	6,34%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPREV (Entidade Administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPREV em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2020 - 2024, com revisão anual.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, a solvência, a liquidez e a rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

No decorrer do exercício, a Política de Investimentos seguiu os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, vigente até a publicação da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que a revogou e estabeleceu novos parâmetros, inclusive quanto à aplicação dos recursos. Permanecem, contudo, como *benchmarks*, ainda, o indexador do Plano, INPC-IBGE (referente aos benefícios em BD) acrescido de 4,1% ao ano, concernente aos juros reais.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

POUPEX

ASSOCIAÇÃO
DE POUPANÇA
E EMPRÉSTIMO

d.10 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2019
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(48.234)	(47.515)	(48.466)	(47.231)	(46.236)	(49.529)	(47.835)
Valor justo dos ativos do plano	93.505	93.505	93.505	93.505	93.505	93.505	93.505
Superavit / (Deficit) técnico do plano	45.271	45.990	45.039	46.274	47.269	43.976	45.670

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2018
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(33.894)	(32.989)	(33.855)	(32.983)	(33.468)	(32.468)	(33.410)
Valor justo dos ativos do plano	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718
Superavit / (Deficit) técnico do plano	41.824	42.729	41.863	42.735	42.250	43.250	42.308

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos – parte BD

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados - Posições	31/12/2019	31/12/2018
Até 1 ano:	2.014	1.539
De 1 ano a 2 anos:	2.323	1.825
De 2 anos a 5 anos:	8.708	7.321
Acima de 5 anos:	158.917	118.632
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	171.962	129.317

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 16,68 anos (pontos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	30/06/2020
Custo do serviço corrente líquido	(3.030)
- Custo do serviço corrente líquido	(3.030)
Custo de juros líquido	-
- Custo de juros da obrigação	(1.886)
- Receita de juros dos ativos	3.385
- Juros sobre o teto do ativo	(1.499)
Total a ser reconhecido	(3.030)

d.13 Contribuições esperadas para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	163	7.591	7.754
- Contribuições administrativas	-	-	-
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	163	7.591	7.754

21 – Gerenciamento de riscos e capital regulatório

a. Processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital da POUPEX possibilita identificar, mensurar, mitigar, acompanhar e reportar os eventos, garantindo adicionalmente que o capital regulatório seja continuamente monitorado e controlado.

Para isso, a Instituição conta com a atuação da Coordenadoria de Riscos, Controles e Integridade (CORCI), vinculada diretamente ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente, que está segregada das demais áreas gerenciais e da Auditoria Interna.

A atuação da CORCI tem como objetivo certificar-se que medidas efetivas de gerenciamento, mensuração e controle de riscos estão sendo realizadas na Instituição.

A Governança compreende o gerenciamento de riscos e de capital como instrumento essencial de gestão, disponibilizando, para tanto, políticas, normas e procedimentos, além de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades, cujos resultados lhe são evidenciados por relatórios.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação, em consonância com as normas expedidas pelo órgão regulador, Banco Central – BACEN, alinhadas com os padrões de integridade, valores éticos e objetivos estratégicos da POUPEX.

Os normativos asseguram que a Instituição mantenha estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações e o nível de complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos e sistemas, bem como a dimensão de sua exposição aos riscos.

Atendendo à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional – CMN, a mais recente estrutura de gerenciamento de riscos e de capital conta com o assessoramento do Comitê de Riscos – CORIS, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração - CA no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), propor recomendações àquele Colegiado sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez e plano de capital, bem como supervisionar, de maneira independente, a atuação e o desempenho do Diretor de Riscos – CRO, representado pelo Vice-Presidente.

As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital são disponibilizadas na intranet, no sentido de preservar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas.

O relatório anual de gerenciamento de riscos e de capital é aprovado pela Governança e, na sequência, publicado na página da Instituição na internet, em <http://www.poupex.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária e às determinações do Banco Central do Brasil, requeridas pelo Art. 16 da Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, que indica, como “Disciplina de Mercado”, a divulgação de conjunto básico de informações, de modo que as partes interessadas possam realizar avaliações fundamentadas dos riscos a que a Instituição possa incorrer. Apesar de revogada pela Circular BACEN nº 3.930, de 14 de fevereiro de 2019, que passou a vigor em 1º de janeiro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

2020, a Circular acima mencionada ainda conta como referência para as informações relacionadas ao exercício objeto deste documento.

b. Risco de Crédito

Em conformidade com a previsão normativa do BACEN, Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas às seguintes premissas:

- não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- reestruturação de instrumentos financeiros; e
- custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

De forma a manter as exposições em níveis aceitáveis, a Instituição adota metodologia conservadora de concessão de crédito, baseada, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e na delimitação dos níveis de exposição e garantias.

Utilizando-se das diretrizes institucionais e dos preceitos da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Gerenciamento de Risco de Crédito na POUPEX consiste na adoção de políticas, normas e procedimentos com o objetivo de estabelecer medidas que permitam mitigar os eventos relacionados a essa categoria de riscos, cuja estrutura abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição.

Valendo-se da base de dados dos sistemas institucionais, a mensuração é realizada para calcular o montante provisionado, os valores baixados e recuperados de prejuízo, o detalhamento da exposição da carteira imobiliária por setor econômico e por região geográfica, o monitoramento da qualidade da carteira de financiamento imobiliário, o comportamento da inadimplência dessa carteira, a segregação por forma de pagamento (boleto, débito em conta corrente e consignação) e por status contábil (normal, anormal e prejuízo), o comparativo da inadimplência com o mercado, o acompanhamento da inadimplência por tipo de garantia e a verificação da aderência à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Adicionalmente, a partir de informações gerenciais apropriadas, a POUPEX monitora o risco da contraparte intermediadora, que corresponde aos recursos repassados por entidades consignantes com as quais a Instituição mantém convênios, originados de descontos realizados na folha de pagamento dos servidores que contratam os produtos da Instituição.

A carteira de crédito é avaliada regularmente em termos de sua qualidade, sendo alcançada com o acompanhamento dos limites de exposição de riscos definidos conforme regulamentação do CMN e do BACEN. A comunicação dos resultados do gerenciamento de risco de crédito é realizada por relatórios ao Comitê de Riscos e à Governança.

c. Risco de Mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado consiste em monitorar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter os processos de gerenciamento e controle a revisões periódicas, a fim de mantê-los alinhados ao mercado e aderentes ao processo de melhoria contínua.

O Gerenciamento dessa modalidade de risco abrange as posições mantidas pela Instituição, com procedimentos compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente, não havendo na carteira títulos disponíveis para negociação.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos (FR) das operações ativas e passivas que estão sujeitas às variações das taxas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A, IGP-M, entre outras, e que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN.

Utiliza-se a metodologia de Marcação a Mercado para mensuração da exposição da carteira de títulos disponíveis para venda, sendo os testes de estresse mensurados de acordo com o estipulado pelos normativos.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com carteira Trading, que são operações destinadas à revenda, mantendo reduzida a exposição ao Risco de Mercado.

Por fim, os procedimentos adotados neste gerenciamento encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Órgão Regulador e pelas normas internas da Instituição.

d. Risco de Liquidez

O Risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O processo de gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

A POUPEX detém baixa exposição a este risco em função da relevância do montante aplicado em operações com disponibilidade imediata, valendo-se de plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez.

Deu-se continuidade à possibilidade de o público investir em Letras de Crédito Imobiliário - (LCI) ofertadas pela POUPEX, que se constituem em títulos de renda fixa, com o objetivo de favorecer, de forma crescente, o desempenho financeiro da Instituição.

Esse tipo de captação, assim como os Depósitos Interfinanceiros Imobiliários – DII, amplia as disponibilidades para aplicação em operações que contribuem de forma mais significativa na formação de resultados. O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes a este risco são submetidos a revisões periódicas pela Governança.

e. Risco Operacional

O Risco Operacional é a possibilidade de ocorrências de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco de compliance

associado à inadequação ou deficiência de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados internamente e aprovados pela Governança, na gestão e no controle do Risco Operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

O gerenciamento dessa modalidade de risco está vinculado à atuação do Sistema de Controles Internos - (SCI) e possui papéis e responsabilidades claramente definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza, inclusive na prevenção ao conflito de interesses.

O Gerenciamento de Riscos Operacionais infere na identificação, análise e avaliação de eventos de risco, que são tratados e monitorados assim que identificados, considerando as respostas apresentadas por cada gestor, tendo em vista que a referida gestão é aplicada em toda a Instituição, envolvendo diversos níveis, tais como estratégicos, decisórios, operacionais, processuais e funcionais, alcançando projetos e produtos. As ações estão suportadas pelas Diretrizes Institucionais, contemplando a divulgação da cultura desenvolvida pela Instituição, acessível a todo o corpo funcional.

Os eventos de Risco tratados na Instituição são aqueles disponibilizados pelos gestores, considerando fatores relacionados a causas internas ou externas, e ainda aqueles classificados como incidentes ou ocorrências originados de fontes que podem afetar a implementação da estratégia ou o alcance dos objetivos.

Os relatórios das auditorias interna e independente, o resultado dos mapeamentos de processos, os registros efetivados junto à Ouvidoria e o monitoramento conduzido pelo SCI contribuem de forma relevante para esse tipo de gerenciamento, estando em consonância com o estabelecido pelo Órgão Regulador, bem como com as Diretrizes Institucionais, o que representa ferramenta eficaz na busca de melhorias contínuas para os processos da Instituição.

f. Capital Regulatório

O Patrimônio de Referência - PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas Instituições devem manter, permanentemente, valor de PR compatível com os riscos de suas atividades, cuja metodologia segue os procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

O PR corresponde à soma do Nível I e do Nível II, sendo o Nível I segmentado em Capital Principal e Capital Complementar.

O Capital Nível I é considerado como de melhor qualidade, já que representa recursos próprios sem vinculação com terceiros, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto o Nível II tem por finalidade assimilar as perdas se constatada a inviabilidade da instituição. A POUPEX está alcançada pelo Capital Nível I.

A adequação dos requerimentos mínimos de PR da Instituição é acompanhada mensalmente por intermédio da elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais - (DLO), expresso na forma de índices e limites.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

Há determinação do BACEN para que as instituições financeiras mantenham, permanentemente, capital (PR) e adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades. Os riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco - RWA (Risk-Weighted Asset - RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito e Operacional. A Instituição atende a essa determinação.

A POUPEX optou pela Abordagem do Indicador Básico (Basic Indicator Approach – BIA) como metodologia para a apuração da parcela do RWA, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008.

O cálculo do PR da POUPEX encontra-se detalhado a seguir:

Patrimônio de Referência (PR) Base de Cálculo - em R\$ mil	31/12/2019 Exposição	31/12/2018 Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	775.058	722.436
Capital Principal (CP)	775.058	722.436
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	1.045.827	1.035.172
Ajustes de Avaliação Patrimonial*	11.144	4.493
Sobras ou Resultados acumulados Contas de Resultado	-	-
Credoras Contas de Resultado	-	-
Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais Exceto Partic. Não Coligadas e Créd. Tributário	(281.913)	(317.228)
Capital Principal Ajustado II	775.058	722.436
TOTAL DO PR = Nível I	775.058	722.436

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. BN: alínea "a", inc. II do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

Para fim de aplicação proporcional da regulamentação prudencial, a Resolução CMN nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017 qualificou as instituições financeiras em categorias, entre S1 e S5, considerando o porte e a atividade internacional que compõe cada segmento, tendo a POUPEX sido enquadrada no Segmento 3 (S3), que é composto por aquelas cujo ativo total é igual ou superior a 0,1% (um décimo por cento) e atinja no máximo 1% (um por cento) do Produto Interno Bruto – (PIB).

g. Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez e difícil avaliação, ou que dependam de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016, em obediência ao art. 11 da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, a POUPEX passou a deduzir os ajustes prudenciais do Capital Principal, equivalentes à aplicação de percentual sobre o saldo dos ativos intangíveis, na proporção de 80% em 2017 e de 100% a partir de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2º SEMESTRE E EXERCÍCIO DE 2019

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

O Capital Principal é também ajustado pelo montante dos investimentos em Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), que são consideradas instrumentos de captação emitidos por instituições, nos termos das Resoluções CMN nº 4.123, de 23 agosto de 2012 e 4.192, de 1º de março de 2013. Este ajuste reduz o PR da POUPEX.

h. Índice de Basileia

Considerando as recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, entre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

O IB é determinado pela razão entre o PR e o RWA, que não deve ser inferior ao exigido pelo órgão regulador, como estabelecido pelo artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193, de 1º março de 2013.

No Brasil, a aplicação dos Acordos de Basileia envolveu maior rigor regulatório em relação aos padrões internacionais, já que, na Versão I, o BACEN definiu em 11% o fator de ponderação de risco aplicado ao RWA, enquanto os padrões internacionais sugeriam 8%.

Na POUPEX, os Índices de Capital foram apurados como estabelecido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, distribuídos de acordo com o quadro a seguir.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Exposição	Exposição
Índice de Basileia	27,86%	25,79%
Índice de Capital Principal – ICP	27,86%	25,79%
Índice de Nível I – INI	27,86%	25,79%
Índice de Imobilização	1,42%	3,02%

Diretoria

Araken de Albuquerque
Presidente

Gerson Forini
Vice-Presidente

Ricardo José Andrade Leite Viana
Diretor

Paulo Cesar Souza de Miranda
Diretor

Luiz Arnaldo Barreto Araujo
Diretor

Luiz Felipe Linhares Gomes
Diretor

Orlando Humberto Costa Junior
Diretor

Conselho de Administração

Oswaldo de Jesus Ferreira
Presidente

Araken de Albuquerque
Vice-Presidente

Gerson Forini
Secretário

José Luiz de Paiva
Conselheiro

Rodrigo Barroso Ayub
Conselheiro

Gerência de Contabilidade

Josiane Rodrigues Neiva
Contadora – CRC-DF 009.841/O-7